



Sessão ordinária – 26 de fevereiro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

2. – Junta de Freguesia de Fontes – dispensa de pagamento pela cedência de transporte em autocarro municipal, no montante de 303,56€ (trezentos e três euros e cinquenta e seis cêntimos), para a realização do II almoço de Natal dos idosos em Portela, Fontes, nos termos da alínea j) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro (PG – 254208)

Deliberação: *Aprovado*, sob proposta da Câmara Municipal e com a fundamentação enunciada, ***o apoio à Junta de Freguesia de Fontes, traduzido na dispensa do pagamento do montante de 303,56€ (trezentos e três euros e cinquenta e seis cêntimos), pela cedência do transporte em autocarro municipal, por***

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Amor

Sessão ordinária – 26 de fevereiro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

- 3.a) – União das Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo -
Requalificação do Edifício Polivalente em Rossio ao Sul do Tejo -
comparticipação da execução de baixada elétrica e de vistoria ao edifício, no
montante de 181,59€ (cento e oitenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos),
ao abrigo do contrato interadministrativo celebrado para o efeito, nos termos da
alínea j) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro (PG - 246841)

Deliberação: *Aprovado*, sob proposta da Câmara Municipal e com a fundamentação
enunciada, *o apoio à União das Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e
Rossio ao Sul do Tejo traduzido na comparticipação do montante de
181,59€ (cento e oitenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos), pela
execução de baixada elétrica para o edifício objeto da empreitada de
“Requalificação do Edifício Polivalente em Rossio ao Sul do Tejo”, que
foi executado ao abrigo de contrato interadministrativo.*

Ao abrigo do artigo 174° do CPA é retificado o valor da proposta da
Câmara Municipal para 181,59€ (cento e oitenta e um euros e cinquenta e
nove cêntimos), por ser este o montante solicitado pela União de
Freguesias, e que corresponde aos documentos de despesa.

Aprovado por unanimidade.

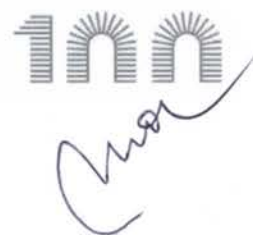
*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013,
de 12 de setembro.*

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 26 de fevereiro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3.b) – Limpeza, regularização e repavimentação dos arruamentos no Largo 25 de Abril em Arreciadas – comparticipação do montante de 3.847,05€ (três mil oitocentos e quarenta e sete euros e cinco cêntimos), correspondente a 50% do valor total da obra, nos termos da alínea j) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro (PG – 248698)

Deliberação: *Aprovado*, com a fundamentação legal mencionada, o apoio à União das Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo na comparticipação do montante de dispensa do pagamento do montante de 3.847,05€ (três mil oitocentos e quarenta e sete euros e cinco cêntimos), correspondente a 50% do valor total da obra, por

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 26 de fevereiro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. – Alteração ao Regulamento do Parque Tejo - aprovação nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (PG - 249738)

Deliberação: *Aprovada*, sob proposta da Câmara Municipal e com a fundamentação enunciada, a **Alteração ao Regulamento do Parque Tejo**, conforme documento anexo à proposta, que contém os artigos alterados e a republicação, a final, por

Aprovado com 1 abstenção do PSD.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

fl. 8/14

PREÂMBULO

Cumprindo um dos objetivos de âmbito cultural, ambiental e de desenvolvimento local, foi incluído nos planos de atividades da Autarquia, o projeto Centro de Interpretação do Tejo, adiante designado por ParqueTejo.

Trata-se de um projeto integrado de requalificação e valorização ambiental do Tejo, através de um conjunto de ações estruturantes e de iniciativas inovadoras, suscetíveis de reforçar o papel do rio como eixo estratégico de dinamização económica e elemento identitário da região.

Paralelamente, alberga ainda uma área de estada e lazer, pelo que se torna necessário a definição das regras da sua utilização.

Neste sentido, o presente documento tem por finalidade estabelecer princípios e regras de funcionamento gerais, tal como normas de conduta sob as quais os utilizadores e os trabalhadores do ParqueTejo se devem reger.

Assim, no uso da competência prevista pelos artigos 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa, em conjugação com as alíneas e), k) e u) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na versão em vigor, foi elaborada a presente proposta de alteração ao Regulamento do ParqueTejo, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea g) do nº1 do art.º 25º do referido diploma, e que incide sobre as seguintes normas, e com a respetiva republicação no final.

REGULAMENTO DO PARQUETEJO - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO





I – Parte - ARTIGOS ALTERADOS

Artigo 3º

Localização e Composição

- 1 - ...
- 2 - ...
- a. ...
- b. ...
- c. ...
- d. ...
- e. ...
- f. (Revogado)

Artigo 5º

Programação de atividades

1. Pertence à unidade orgânica com a competência de gestão do ParqueTejo, de acordo com o modelo de estrutura flexível dos serviços municipais de Abrantes, o planeamento e programação das atividades a desenvolver.
2. No ParqueTejo podem funcionar campos de férias direccionados a públicos específicos, devidamente autorizados pelo Município, cujo funcionamento é alvo de regulamentação própria, assim como projetos de parceria com outras dinâmicas municipais.
3. (Revogado)

Artigo 6º

Competências dos serviços

1. Compete à unidade orgânica com a competência de gestão do ParqueTejo, de acordo com o modelo de estrutura flexível dos serviços municipais de Abrantes, assegurar o cumprimento das atribuições e competências afetas aos seus colaboradores.
2. ...
- a. ...
- b. ...
- c. ...
- d. ...
- e. Assegurar o registo estatístico diário dos turistas e visitantes;
- f. ...
3. (Anterior nº 4)
- a. (Anterior nº 4.a.)

Regulamento do ParqueTejo

- b. (Anterior nº 4.b.)
- c. (Anterior nº 4.c.)
- d. (Anterior nº 4.d.)
- e. (Anterior nº 4.e.)
- f. (Anterior nº 4.f.)

4. (Antigo nº 3)

- a. Sempre que se entenda necessário, assegurar o cumprimento das regras de entrada e saída de visitantes, campistas e viaturas;
- b. (Antigo nº 3.b.)
5. ...
6. (Revogado)

Artigo 7º

Utilizadores

1. ...
- a. ...
- b. (Revogada)
2. ...
- a. Participantes nas atividades do ParqueTejo desenvolvidas nesse local;
- b. Campistas e caravanistas (com acesso condicionado às disponibilidades em função das atividades do ParqueTejo);
- c. Funcionários do ParqueTejo.
3. ...
- a. Participantes nas atividades do ParqueTejo.
4. Do centro de interpretação:
- a. População em geral, embora excepcionalmente condicionado às atividades do ParqueTejo;
- b. (Revogada)

Artigo 8º

Horário de funcionamento

1. O ParqueTejo funciona das 9h00 às 20h00, de segunda-feira a domingo.
2. O horário para check-in decorre das 9h00 às 20h00 e para check-out das 9h00 às 12h00.
3. O horário da Portaria é das 20h00 às 9h00, de segunda-feira a domingo, sendo assegurado por pessoal de segurança habilitado e certificado, a quem deverá ser entregue documento identificativo para registo de início de estada no centro de acolhimento. O referido documento (bilhete de identidade ou passaporte) é fotocopiado e devolvido posteriormente ao utilizador.

4. Em casos devidamente justificados, poderão ser alterados os horários de funcionamento do parque, por despacho do Presidente da Câmara, devidamente publicitado.

5. ...

Artigo 9.º

Preços

1. Os preços de utilização a cobrar pelo ParqueTejo encontram-se discriminados no anexo I.
2. Os campistas munidos da respetiva licença desportiva, emitida pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, os reformados e pensionistas, os grupos escolares, escuteiros, e os portadores de cartão jovem têm um desconto de 20% sobre os valores gerais.
3. Os preços estão afixados na receção e são devidos, por regra, por noite de permanência, por pessoa e material de campismo utilizado.
4. As atividades e exposições podem estar sujeitas ao pagamento de um preço determinado, de acordo com a aprovação da Câmara Municipal.
5. (Revogado)

Artigo 10.º

Normas de funcionamento geral

1. ...
2. ...
3. Os utilizadores têm direito a beneficiar de todas as valências existentes, bem como a apresentarem aos responsáveis pelos serviços as sugestões e críticas que tiverem por atinentes.
4. Os utilizadores são responsáveis pela conservação dos recursos postos à sua disposição, nomeadamente as instalações e equipamentos, bem como pela manutenção das boas condições de higiene e limpeza dos mesmos.
5. ...
6. ...
7. É vedada a entrada ou a permanência a pessoas que:
 - a. Não se façam acompanhar por documentos identificativos pessoais, para efeitos utilização do centro de acolhimento;
 - b. ...
 - c. ...
 - d. (Antiga alínea e.)
 - e. (Revogada)
8. ...
 - a. ...

- b. ...
c. ...
d. ...

9. A Câmara Municipal não autoriza a permanência de veículos desocupados ou de material instalado e desocupado.

Artigo 11.º

Acesso e restrições

1. Todos os visitantes, utilizadores, campistas e autocaravanistas são identificados pela receção, através de pulseira, cartão ou de outra modalidade apresentada.
2. (Antigo nº 3.)
3. (Antigo nº 6.)
 - a. Fumar no interior do edifício;
 - b. Consumir qualquer tipo de substâncias ilícitas;
 - c. (Antiga alínea 6.c.)
4. (Revogado)
5. (Revogado)
6. (Revogado)

Artigo 12.º

Segurança

1. O ParqueTejo dispõe dos seguintes equipamentos:
 - a. Básicos de 1.º socorros;
 - b. Sistema antifurto e serviço de vigilância ou videovigilância;
 - c. Sistema de proteção contra incêndios.
2. Os veículos automóveis só podem entrar para cargas e descargas, por um período máximo de 40 minutos e circular a menos de 20 km/hora.
 - a. Excecionam-se os lugares destinados a caravanas onde, desde que não se ultrapassem os limites dos mesmos, podem ser estacionados automóveis pertencentes aos utilizadores do espaço.
3. É autorizado o parqueamento de viaturas ligeiras de passageiros e de motos no parque de estacionamento, desde que pertencente a utilizadores do ParqueTejo.

Artigo 13.º

Animais de companhia

1. O ParqueTejo admite animais de companhia, mediante o pagamento do preço correspondente (Anexo I), nas seguintes condições:
 - a. Não perturbem o sossego e a tranquilidade de utentes e funcionários;

- b. Não possam causar quaisquer riscos para a saúde e para a segurança de pessoas, outros animais e bens;
 - c. Não ponham em causa as condições de higiene do espaço;
 - d. Apresentação de licença e de atestado de vacinação, quando exigível, ou declaração escrita mencionando a legislação própria para a sua não obrigatoriedade;
 - e. Cujos proprietários cumpram todos os requisitos legais em vigor.
2. Após a sua entrada no parque, é proibida a livre circulação de animais de companhia, devendo os mesmos ficar contidos no espaço interior da área destinada ao campista proprietário, ou ser conduzidos pelo detentor, à trela, ou mediante meio alternativo adequado.
3. O detentor do animal é responsável por limpar quaisquer detritos que o animal faça.
4. O detentor é responsável por todos os prejuízos causados pelo animal a terceiros.
5. Não é permitido infligir maus-tratos aos animais.

Artigo 14.º

Serviços e produtos

1. (Antigo nº 1. do artigo 13º)
2. As atividades e exposições podem estar sujeitas ao pagamento de um preço, de acordo com a aprovação da Câmara Municipal.
3. As visitas e atividades desenvolvidas no ParqueTejo realizam-se, preferencialmente, entre as 9h30 e as 17h00, de 2ª a 6ª, salvo se autorizados e confirmados de forma diferente.
4. (Revogado)
5. (Revogado)
6. (Revogado)
7. (Revogado)
8. (Revogado)

Artigo 15º

Visitas e atividades

1. A marcação de visitas ao ParqueTejo deve ser feita, por escrito, via e-mail cujo endereço é ParqueTejo@cm-abrantes.pt, com o mínimo de 15 dias de antecedência, para grupos até 30 pessoas. Outras situações serão analisadas caso a caso.
2. (Antigo nº 2. do artigo 14º)
3. (Antigo nº 3. do artigo 14º)
4. Qualquer alteração deverá ser comunicada com a antecedência mínima de 4 dias.
5. (Antigo nº 5. do artigo 14º)

Pl. 5/14

6. O programa de atividades poderá sofrer alterações nas seguintes situações: condições climáticas adversas; atrasos e alterações do tempo disponível; motivação e/ou interesse dos participantes, rutura de stocks, bem como por outras causas não previsíveis.
7. O atraso de 30 minutos, por parte do requerente, pode implicar o cancelamento da visita/atividade, caso inviabilize no todo ou em parte o cumprimento de outros agendamentos.
8. O ParqueTejo promove a realização de Campos de Férias, cujo funcionamento é alvo de regulamentação própria.

Artigo 16º

Aluguer de bicicletas

O ParqueTejo é um centro *bikefriendly* que disponibiliza serviço de aluguer de bicicletas, mediante o cumprimento das seguintes condições gerais:

1. (Antigo nº 1. do artigo 15º)
2. Em caso de acidente, o município não se responsabiliza pelos danos próprios e alheios causados;
 - a. Em caso de danos causados nos equipamentos, o locatário aceita indemnizar o proprietário pela imobilização daí decorrente.
3. O locatário, antes da saída do Parque, deve verificar o estado da bicicleta e reportar eventuais anomalias na receção. Pela saída do parque reconhece designadamente que podem ocorrer avarias fortuitas com incidência na comodidade e segurança da condução, não se responsabilizando o Município pelos danos daí decorrentes.
 - a. A CMA não se responsabiliza pelos vícios da bicicleta, devendo no entanto o interessado em caso de avaria solicitar a reparação ou o reboque.
4. O serviço de aluguer está sujeito ao pagamento do preço definido pela CMA, constante no Anexo I ao Regulamento, e a afixar, bem como à apresentação de documento identificativo por parte do locatário e inclui a cedência de capacidade.
5. A bicicleta alugada deve regressar ao parque no próprio dia do aluguer, imprimevelmente até ao fecho da receção, conforme horário afixado, nas condições em que foi alugada, sob pena de serem adstritos ao locatário os encargos daí decorrentes.
6. No horário de inverno o aluguer de bicicletas fica condicionado a partir das 17h00.



Artigo 17.º**Máquina de lavar roupa**

1. O ParqueTejo dispõe de uma máquina de lavar roupa para utilização em *self-service*.
2. O uso da máquina está sujeito ao pagamento do preço estipulado no Anexo I ao Regulamento. O montante pode ser alterado pela CMA, sendo nesse caso devidamente publicitado nos lugares habituais.
3. As regras de utilização da máquina de lavar roupa encontram-se afixadas no local, sendo o seu cumprimento obrigatório.

Artigo 18.º**Exposições**

1. (Antigo nº 1. do artigo 16º)
2. (Antigo nº 2. do artigo 16º)
3. Sempre que os requisitos da exposição o justifiquem, poderá ser acionado um seguro de modo a cobrir o roubo e danos do material exposto.
4. (Antigo nº 4. do artigo 16º)
5. (Corpo do nº 4 do atual art.º 20º)
6. (Corpo do nº 5 do atual art.º 20º)
7. (Corpo do nº 6 do atual art.º 20º)

Artigo 19.º**Artigos municipais e merchandising**

1. (Antigo nº 1. do artigo 17º)
2. (Antigo nº 2. do artigo 17º)
3. ...
 - a. Os objetos de índole promocional concebidos para a promoção do ParqueTejo ou do município.

Artigo 20.º**Regras de utilização**

1. (Antigo nº 1. do artigo 18º)
2. A admissão e permanência de utilizadores no espaço de acolhimento está condicionada a inscrição prévia na receção, mediante apresentação de documento identificativo do seu titular, a ser fotocopiado (bilhete de identidade, cartão de cidadão ou passaporte). Se a entrada coincidir com o horário de encerramento da receção, o utilizador deverá entregar ao colaborador que o atender o seu documento de identificação. Após a abertura da receção deverá proceder à regularização da sua inscrição.

Pl. 6/14

3. A utilização da zona de acolhimento só poderá ser feita após o pagamento na receção dos preços devidos, salvo o exposto na alínea anterior.

4. (Antigo nº 5. do artigo 18º)

5. (Antigo nº 6. do artigo 18º)

6. O utilizador do espaço de acolhimento deve reger-se pelo referido nos artigos seguintes.

Artigo 21.º**Direitos dos utilizadores**

Os utilizadores têm direito a:

- a. (Antiga alínea a. do art.º 19º)
- b. Conhecer previamente os preços de utilização do parque;
- c. (Antiga alínea c. do art.º 19º)
- d. (Antiga alínea d. do art.º 19º)
- e. (Antiga alínea e. do art.º 19º)
- f. (Antiga alínea f. do art.º 19º)
- g. (Antiga alínea g. do art.º 19º)
- h. (Antiga alínea h. do art.º 19º)

Artigo 22.º**Deveres dos utilizadores**

Constituem deveres dos utilizadores do parque, de entre outros não especificados:

1. (Antigo nº 1. do art.º 20º)
2. Apresentar sempre que lhes sejam pedidos os cartões, documentos de identificação e recibos comprovativos de pagamento de preços.
3. (Antigo nº 3. do art.º 20º)
4. Pagar o preço dos serviços utilizados, de acordo com a tabela legalmente aprovada e em vigor.
5. Cumprir os preceitos de higiene adotados no espaço, designadamente no que se refere a:
 - a. (Antiga alínea a. do nº 7. Do art.º 20º)
 - b. (Antiga alínea b. do nº 7. Do art.º 20º)
 - c. (Antiga alínea c. do nº 7. Do art.º 20º)
 - d. (Antiga alínea d. do nº 7. Do art.º 20º)
 - e. Manutenção do estado de limpeza.
6. (Antigo nº 8. do art. 20º)

7. (Antigo nº 9. do art. 20º)
8. (Antigo nº 10. do art. 20º)
9. (Antigo nº 11. do art. 20º)
10. (Antigo nº 12. do art. 20º)
11. (Antigo nº 13. do art. 20º)

Artigo 23.º

Proibições

(Antigo art.º 21)

Artigo 24.º

Lacunas e omissões

1. (Antigo nº 1. do art. 22º)
2. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente regulamento serão resolvidos pela Câmara Municipal de Abrantes, com observância da legislação em vigor.








Artigo 25.º

Entrada em vigor

O presente regulamento, depois de aprovado, entra em vigor após a sua publicação, nos termos legais.

fl. 7/4

ANEXO I

PREÇOS PARQUETEJO						
						
Acampado Maior de 12 anos	Tenda até 4 m ²	Tenda com mais de 4 m ² ou atrelado-tenda (a)	Caravana (b)	Autocaravana ou carro-cama (b)	* Viatura, mota 4 ou barco	Animais de companhia
Entre 1 de abril e 30 de setembro:						
1,75€	1,75€	2,75€	3,25€	3,75€	2,25€	1,25€
Entre 1 de outubro e 31 de março:						
1,50€	1,50€	2,50€	3,00€	3,50€	2,00€	1,00€
UTILIZAÇÃO MÁQUINA DE LAVAR ROUPA				ALUGUER DE BICICLETAS		
2,00€				0,50€ por cada 30 minutos		
*de acordo com o disposto no ponto 2 do artigo 12º do presente regulamento						



II – Parte - REPUBLICAÇÃO

Capítulo I

ENQUADRAMENTO GERAL

Artigo 1º

Identificação

O ParqueTejo é um projeto da Câmara Municipal de Abrantes (CMA), destinado ao desenvolvimento de atividades ambientais, culturais e educacionais no contexto da valorização do Rio Tejo.

Permite, através da exploração interativa de equipamentos virtuais, aceder a informação temática relacional sobre diversos pontos de interesse do rio, desde a nascente até à foz, dispondo ainda de condições para a realização de atividades de ciência experimental.

Sendo um complexo multifuncional, proporciona condições de estada e acolhimento aos utilizadores, sob a forma de campismo e caravanismo.

Artigo 2º

Objetivos

1 - O ParqueTejo tem por finalidade desenvolver e apolar ações que visem a valorização do Rio Tejo, num contexto de interpretação e preservação do seu património natural, cultural e histórico.

Os vetores de orientação regem-se por conceitos ambientais, educacionais, turísticos, desportivos e sociais.

2 - Assume como objetivos específicos:

- Incentivar a aproximação das populações ao rio Tejo, nas suas multiplicidades interpretativas;
- Promover a cidadania ativa, numa perspetiva da preservação do ambiente e dos recursos naturais;
- Promover a sensibilização e a educação ambiental e fomentar a divulgação do conhecimento e da ciência, através duma componente experimental e lúdico-pedagógica;
- Potenciar os recursos existentes e a fruição dos equipamentos existentes no Projeto Aquapolls, fomentando o turismo ativo, desportivo e de natureza, potenciando o Caminho do Tejo e outros projetos similares;

- Desenvolver ações com a finalidade de dar a conhecer factos históricos, etnográficos e culturais associados ao rio Tejo;
- Promover parcerias com outras entidades, numa perspetiva integrada e regional, assim como sinergias com entidades supramunicipais ou nacionais, incluindo universidades e politécnicos.

Artigo 3º

Localização e Composição

1 - O ParqueTejo está situado na freguesia de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, na Avenida da Marginal do Tejo.

2 - O ParqueTejo é composto pelos seguintes espaços e equipamentos:

- Portaria;**
- Edifício principal** (receção, suporte bicicletas, instalações sanitárias masculinas e femininas, vestiários masculinos e femininos, balneários, área de lavagem, sala convívio e escritório, cafetaria, arrumos);
- Centro interpretativo e área de atividades** (pavilhão interpretativo e de mediação tecnológica e pavilhão multiusos/atividades);
- Área envolvente** (esplanada; jardim das aromáticas; zona de lazer; zona de acolhimento de autocaravanas e campismo; parque de estacionamento condicionado);
- Área técnica** (arrumos; cargas e descargas; caldeira; estação de serviço para autocaravanas: lavagem química; depósito de lixo).

Artigo 4º

Valências Funcionais

O ParqueTejo orienta o seu funcionamento tendo como base as seguintes valências:

- Núcleo de serviços educativos e experimentais;
- Apoio à qualificação ambiental;
- Desenvolvimento do conhecimento científico;
- Interpretação de conteúdos;
- Acolhimento de grupos e visitantes.

Pl. 8/14

Capítulo II

DISPOSIÇÕES GERAIS DE FUNCIONAMENTO

Artigo 5º

Programação de atividades

1. Pertence à unidade orgânica com a competência de gestão do ParqueTejo, de acordo com o modelo de estrutura flexível dos serviços municipais de Abrantes, o planeamento e programação das atividades a desenvolver.
2. No ParqueTejo podem funcionar campos de férias direcionados a públicos específicos, devidamente autorizados pelo Município, cujo funcionamento é alvo de regulamentação própria, assim como projetos de parceria com outras dinâmicas municipais.

Artigo 6º

Competências dos serviços

1. Compete à unidade orgânica com a competência de gestão do ParqueTejo, de acordo com o modelo de estrutura flexível dos serviços municipais de Abrantes, assegurar o cumprimento das atribuições e competências afetas aos seus colaboradores.
2. No que diz respeito ao cumprimento das tarefas inerentes ao serviço da **recepção**:
 - a. Fazer o acolhimento do visitante;
 - b. Requisitar e gerir o stock de material necessário ao bom funcionamento do ParqueTejo;
 - c. Recolher e tratar toda a informação necessária ao serviço;
 - d. Assegurar e gerir o check-in e o check-out dos utilizadores do ParqueTejo;
 - e. Assegurar o registo estatístico diário dos turistas e visitantes;
 - f. Expedir as respostas aos pedidos de informação.
3. Considera-se também competências do serviço:
 - a. Exercer funções de investigação, estudo, planeamento e outros trabalhos conducentes à definição e concretização das atividades e políticas do município;
 - b. Prestar apoio a operadores turísticos e agentes locais;
 - c. Planear e organizar atividades e eventos;
 - d. Participar em atividades e eventos em função de parcerias com entidades privadas e/ou públicas;
 - e. Gerir o fundo de maneio atribuído;
 - f. Proceder ao planeamento, preparação e realização de atividades e visitas;
4. No que diz respeito ao serviço da **portaria**:

- a. Sempre que se entenda necessário, assegurar o cumprimento das regras de entrada e saída de visitantes, campistas e viaturas;
- b. Assegurar a manutenção, vigilância e funcionamento do espaço durante o período em que a receção está encerrada.

5. Compete-lhe ainda exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe forem incumbidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior.

Artigo 7º

Utilizadores

1. Do programa de atividades do ParqueTejo:
 - a. População em geral, incluindo grupos escolares ou outros, ainda que sujeita a marcação prévia.
2. Da cafetaria:
 - a. Participantes nas atividades do ParqueTejo desenvolvidas nesse local;
 - b. Campistas e caravanistas (com acesso condicionado às disponibilidades em função das atividades do ParqueTejo);
 - c. Funcionários do ParqueTejo.
3. Da sala multissuítos:
 - a. Participantes nas atividades do ParqueTejo.
4. Do centro de interpretação:
 - a. População em geral, embora excepcionalmente condicionado às atividades do ParqueTejo.

Artigo 8º

Horário de funcionamento

1. O ParqueTejo funciona das 9h00 às 20h00, de segunda-feira a domingo.
2. O horário para check-in decorre das 9h00 às 20h00 e para check-out das 9h00 às 12h00.
3. O horário da Portaria é das 20h00 às 9h00, de segunda-feira a domingo, sendo assegurado por pessoal de segurança habilitado e certificado, a quem deverá ser entregue documento identificativo para registo de início de estada no centro de acolhimento. O referido documento (bilhete de identidade ou passaporte) é fotocopiado e devolvido posteriormente ao utilizador.
4. Em casos devidamente justificados, poderão ser alterados os horários de funcionamento do parque, por despacho do Presidente da Câmara, devidamente publicitado.
5. Ficam salvaguardadas as situações consubstanciais por lei, das quais possa decorrer o encerramento das instalações ao público (tolerância de ponto, greve e outras situações acordadas superiormente).



PL-9/14

Artigo 9.º**Preços**

1. Os preços de utilização a cobrar pelo ParqueTejo encontram-se discriminados no anexo I.
2. Os campistas munidos da respetiva licença desportiva, emitida pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, os reformados e pensionistas, os grupos escolares e os escuteiros, os portadores de cartão jovem têm um desconto de 20% sobre os valores gerais.
3. Os preços estão afixados na receção e são devidos, por regra, por noite de permanência, por pessoa e material de campismo utilizado.
4. As atividades e exposições podem estar sujeitas ao pagamento de um preço determinado, de acordo com a aprovação da Câmara Municipal.

Artigo 10.º**Normas de funcionamento geral**

1. A entrada e/ou permanência nas instalações do ParqueTejo implica a aceitação e o cumprimento das presentes normas.
2. É obrigatório o registo de entrada no ParqueTejo, a realizar na receção.
3. Os utilizadores têm direito a beneficiar de todas as valências existentes, bem como a apresentarem aos responsáveis pelos serviços as sugestões e críticas que tiverem por atinentes.
4. Os utilizadores são responsáveis pela conservação dos recursos postos à sua disposição, nomeadamente as instalações e equipamentos, bem como pela manutenção das boas condições de higiene e limpeza dos mesmos.
5. Os utilizadores do ParqueTejo têm o direito de esperar adequado atendimento.
6. Os utilizadores deverão identificar-se, sempre que tal for solicitado, pelos elementos da equipa do ParqueTejo.
7. É vedada a entrada ou a permanência a pessoas que:
 - a. Não se façam acompanhar por documentos identificativos pessoais, para efeitos utilização do centro de acolhimento;
 - b. Indiciem estado de embriaguez;
 - c. Sejam portadores de doenças contagiosas ou que de qualquer forma possam prejudicar a ordem sanitária;
 - d. Sejam portadores de armas de fogo, de pressão de ar ou outras, salvo autoridades policiais, quando devidamente identificadas.
8. É expressamente proibido:
 - a. Atos e comportamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e equipamentos e que perturbem o bom funcionamento das instalações.
 - b. Atos e comportamentos que colidam com os princípios éticos socialmente aceites;

fl. 90/14

- c. Dar outra utilização aos equipamentos que não seja a apropriada.

- d. Transpor as estruturas de apoio e segurança instaladas nos equipamentos.

9. A Câmara Municipal não autoriza a permanência de veículos desocupados ou de material instalado e desocupado.

Artigo 11.º**Acesso e restrições**

1. Todos os visitantes, utilizadores, campistas e autocaravanistas são identificados pela receção, através de pulseira, cartão ou de outra modalidade apresentada.
2. Os visitantes, utilizadores e campistas com idade inferior a 15 anos só podem frequentar o ParqueTejo quando acompanhados pelos pais ou por pessoas maiores que se responsabilizem por eles.
3. Sem prejuízo de outras normas de utilização específicas, é expressamente proibido:
 - a. Fumar no interior do edifício;
 - b. Consumir qualquer tipo de substâncias ilícitas;
 - c. Comer fora dos locais apropriados.

Artigo 12.º**Segurança**

1. O ParqueTejo dispõe dos seguintes equipamentos:
 - a. Básicos de 1.º socorros;
 - b. Sistema antifurto e serviço de vigilância ou videovigilância;
 - c. Sistema de proteção contra incêndios.
2. Os veículos automóveis só podem entrar para cargas e descargas, por um período máximo de 40 minutos e circular a menos de 20 km/hora.
 - a. Excecionam-se os lugares destinados a caravanas onde, desde que não se ultrapassem os limites dos mesmos, podem ser estacionados automóveis pertencentes aos utilizadores do espaço.
3. É autorizado o parqueamento de viaturas ligeiras de passageiros e de motos no parque de estacionamento, desde que pertencente a utilizadores do ParqueTejo.

Artigo 13.º**Animais de companhia**

1. O ParqueTejo admite animais de companhia, mediante o pagamento do preço correspondente (Anexo I), nas seguintes condições:



- a. Não perturbem o sossego e a tranquilidade de utentes e funcionários;
 - b. Não possam causar quaisquer riscos para a saúde e para a segurança de pessoas, outros animais e bens;
 - c. Não ponham em causa as condições de higiene do espaço;
 - d. Apresentação de licença e de atestado de vacinação, quando exigível, ou declaração escrita mencionando a legislação própria para a sua não obrigatoriedade;
 - e. Cujos proprietários cumpram todos os requisitos legais em vigor.
2. Após a sua entrada no parque, é proibida a livre circulação de animais de companhia, devendo os mesmos ficar contidos no espaço interior da área destinada ao campista proprietário, ou ser conduzidos pelo detentor, à trela, ou mediante meio alternativo adequado.
3. O detentor do animal é responsável por limpar quaisquer detritos que o animal faça.
4. O detentor é responsável por todos os prejuízos causados pelo animal a terceiros.
5. Não é permitido infligir maus-tratos aos animais.

Capítulo IV

SERVIÇOS E PRODUTOS

Artigo 14.º

Serviços e produtos

1. Os serviços de informação, marcação de visitas e cedência de material de informação turística são inteiramente gratuitos.
2. As atividades e exposições podem estar sujeitas ao pagamento de um preço, de acordo com a aprovação da Câmara Municipal.
3. As visitas e atividades desenvolvidas no ParqueTejo realizam-se, preferencialmente, entre as 9h30 e as 17h00, de 2ª a 6ª, salvo se autorizados e confirmados de forma diferente.

Artigo 15º

Visitas e atividades

1. A marcação de visitas ao ParqueTejo deve ser feita, por escrito, via e-mail cujo endereço é ParqueTejo@cm-abrantes.pt, com o mínimo de 15 dias de antecedência, para grupos até 30 pessoas. Outras situações serão analisadas caso a caso.
2. A visita considera-se marcada após preenchimento de formulário próprio, e confirmação da resposta por escrito.
3. O programa de visita será preparado em função da faixa etária, duração da visita, temáticas em destaque e interesses do grupo.

4. Qualquer alteração deverá ser comunicada com a antecedência mínima de 4 dias.
5. O acompanhamento depende da disponibilidade do serviço e das condições climáticas que se fizerem sentir.
6. O programa de atividades poderá sofrer alterações nas seguintes situações: condições climáticas adversas; atrasos e alterações do tempo disponível; motivação e/ou interesse dos participantes, rutura de stocks, bem como por outras causas não previsíveis.
7. O atraso de 30 minutos, por parte do requerente, pode implicar o cancelamento da visita/atividade, caso inviabilize no todo ou em parte o cumprimento de outros agendamentos.
8. O ParqueTejo promove a realização de Campos de Férias, cujo funcionamento é alvo de regulamentação própria.

Artigo 16º

Aluguer de bicicletas

O ParqueTejo é um centro *bikefriendly* que disponibiliza serviço de aluguer de bicicletas, mediante o cumprimento das seguintes condições gerais:

1. O locatário é responsável por conhecer e respeitar as regras e normas do Código da Estrada;
2. Em caso de acidente, o município não se responsabiliza pelos danos próprios e alheios causados;
 - a. Em caso de danos causados nos equipamentos, o locatário aceita indemnizar o proprietário pela imobilização daí decorrente.
3. O locatário, antes da saída do Parque, deve verificar o estado da bicicleta e reportar eventuais anomalias na receção. Pela saída do parque reconhece designadamente que podem ocorrer avarias fortuitas com incidência na comodidade e segurança da condução, não se responsabilizando o Município pelos danos daí decorrentes.
 - a. A CMA não se responsabiliza pelos vícios da bicicleta, devendo no entanto o interessado em caso de avaria solicitar a reparação ou o reboque.
4. O serviço de aluguer está sujeito ao pagamento do preço definido pela CMA, constante no Anexo I ao Regulamento, e a afixar, bem como à apresentação de documento identificativo por parte do locatário e inclui a cedência de capacidade.
5. A bicicleta alugada deve regressar ao parque no próprio dia do aluguer, impreterivelmente até ao fecho da receção, conforme horário afixado, nas condições em que foi alugada, sob pena de serem adstritos ao locatário os encargos daí decorrentes.
6. No horário de inverno o aluguer de bicicletas fica condicionado a partir das 17h00.



Artigo 17.º**Máquina de lavar roupa**

1. O ParqueTejo dispõe de uma máquina de lavar roupa para utilização em *self-service*.
2. O uso da máquina está sujeito ao pagamento do preço estipulado no Anexo I ao Regulamento. O montante pode ser alterado pela CMA, sendo nesse caso devidamente publicitado nos lugares habituais.
3. As regras de utilização da máquina de lavar roupa encontram-se afixadas no local, sendo o seu cumprimento obrigatório.

Artigo 18.º**Exposições**

1. As exposições a realizar resultam de um calendário previamente elaborado, tendo em conta as diferentes temáticas.
2. O ParqueTejo não se responsabiliza por danos causados por terceiros, sendo da responsabilidade destes proceder ao pagamento do valor da peça.
3. Sempre que os requisitos da exposição o justifiquem, poderá ser acionado um seguro de modo a cobrir o roubo e danos do material exposto.
4. Outras ocorrências serão devidamente analisadas.

Artigo 19.º**Artigos municipais e *merchandising***

1. Os artigos municipais e *merchandising* são fornecidos consoante a tabela de preços fixada pelo município, cujos preços são deliberados em reunião de câmara e sujeitos à taxa do IVA legalmente em vigor.
2. Entende-se por artigos municipais:
 - a. As publicações municipais, roteiros turísticos, postais, medalhas, galhardetes e outro material promocional do município.
3. Entende-se por artigos de *merchandising*:
 - a. Os objetos de índole promocional concebidos para a promoção do ParqueTejo ou do município.

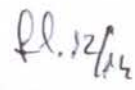
Capítulo V**ESPAÇO DE ACOLHIMENTO****Artigo 20.º****Regras de utilização**

1. O utilizador pode usufruir do espaço de acolhimento nas formas de campismo, caravanismo ou autocaravanismo.
2. A admissão e permanência de utilizadores no espaço de acolhimento está condicionada a inscrição prévia na receção, mediante apresentação de documento identificativo do seu titular, a ser fotocopiado (bilhete de identidade, cartão de cidadão ou passaporte). Se a entrada coincidir com o horário de encerramento da receção, o utilizador deverá entregar ao colaborador que o atender o seu documento de identificação. Após a abertura da receção deverá proceder à regularização da sua inscrição.
3. A utilização da zona de acolhimento só poderá ser feita após o pagamento na receção dos preços devidos, salvo o exposto na alínea anterior.
4. O ParqueTejo está condicionado à lotação máxima definida por lei.
5. É proibida, dentro do parque, toda e qualquer atividade comercial fora do âmbito da respetiva regulamentação própria.
6. O utilizador do espaço de acolhimento deve reger-se pelo referido nos artigos seguintes.

Artigo 21.º**Direitos dos utilizadores**

Os utilizadores têm direito a:

- a. Utilizar as instalações e serviços do ParqueTejo de acordo com o presente Regulamento;
- b. Conhecer previamente os preços de utilização do parque;
- c. Exigir a passagem de documento de quitação por cada pagamento efetuado;
- d. Exigir a apresentação do Regulamento do Parque;
- e. Exigir a apresentação do livro de reclamações;
- f. Impedir a entrada no seu alojamento;
- g. Apresentar quaisquer reclamações ou sugestões, por escrito, sobre o funcionamento e administração do parque, devendo para isso indicar o seu nome completo e domicílio e o respetivo documento de identificação, sob pena de aquelas não poderem ser consideradas;



- h. Manter inviolável o respetivo alojamento, designadamente impedindo a entrada nele e a abertura das suas janelas ou portas.

Artigo 22.º

Deveres dos utilizadores

Constituem deveres dos utilizadores do parque, de entre outros não especificados:

1. Cumprir rigorosamente todas as disposições deste Regulamento e acatar a autoridade dos responsáveis pelo seu funcionamento.
2. Apresentar sempre que lhes sejam pedidos os cartões, documentos de identificação e recibos comprovativos de pagamento de preços.
3. Fazer entrega na receção de todos os objetos achados no parque.
4. Pagar o preço dos serviços utilizados, de acordo com a tabela legalmente aprovada e em vigor.
5. Cumprir os preceitos de higiene adotados no espaço, designadamente no que se refere a:
 - a. Desperdícios de água sujas;
 - b. Utilização de locais de lavagem e secagem de roupas;
 - c. Prevenção de doenças contagiosas;
 - d. Uso dos locais próprios para acender fogo;
 - e. Manutenção do estado de limpeza;
6. Respeitar:

- a. O período de silêncio e repouso, das 23h00 às 7h00 horas;
 - b. A ordem e a disciplina, tanto individual como coletiva, abstendo-se de atos, atitudes e procedimentos que causem incómodos e prejuízos aos outros utilizadores;
 - c. A distância mínima de 2 m em relação aos outros campistas, na montagem do seu equipamento, salvo acordo em contrário.
7. Acatar as indicações dos colaboradores, aquando do exercício das suas funções, nomeadamente em questões omissas no regulamento presente.
8. Cumprir as normas de funcionamento e as sinalizações existentes, bem como a legislação em vigor, nomeadamente no que respeita a regras de higiene e medidas de segurança.
9. Respeitar o espaço, os equipamentos e as plantas existentes, mantendo-o em bom estado de conservação, limpeza e higiene.
10. As caravanas, as caravanas com anexo, atrelados-tenda ou tendas tipo *combi* e outras instalações deverão ter seguro contra incêndio, desde que possuam circuitos elétricos.
11. O consumo de gás deverá obedecer às seguintes normas:
- a. Deverão usar-se cuidados inerentes ao manuseio das bilhas e gás, especialmente quando em funcionamento;
 - b. As bilhas de gás, quando armazenadas, devem manter-se devidamente fechadas e não expostas ao calor intenso;

- c. No caso de colocação de «extras» adaptados às bilhas de gás, deverá verificar-se se os mesmos ficam bem apertados e se as juntas estão defeituosas ou com fugas.

Artigo 23.º

Proibições

1. Sem prejuízo de outras proibições ou regras previstas no presente Regulamento, não é permitido aos utilizadores do parque:
 - a. Introduzir clandestinamente quaisquer pessoas, bens ou animais no parque;
 - b. Fazer propaganda de qualquer forma;
 - c. Deitar água no terreno, em particular com detritos de qualquer espécie;
 - d. Deixar torneiras abertas, ou lavar roupa ou loiça com água a correr;
 - e. Deixar sujo o local onde esteve instalado;
 - f. Colocar arames, cordas ou espigas a uma altura inferior a 2 metros do solo, ou espigas a mais de 50 cm da base da tenda, avançado, toldo, cozinha ou desdobrável.
 - g. Lavar ou estender roupa fora dos locais próprios para o efeito.
 - h. Utilizar os equipamentos para quaisquer outros fins que não os apropriados.
2. Aos utilizadores que desrespeitarem o presente regulamento, poderão ser aplicadas as penas de advertência e suspensão temporária ou definitiva da estada, conforme a gravidade das faltas cometidas e independentemente de qualquer ação judicial.

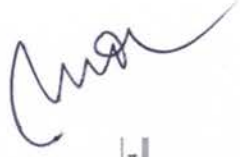
Capítulo VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 24.º

Lacunas e omissões








1. Ficam salvaguardadas eventuais alterações ao exposto por força da entrada em vigor de despachos, regulamentos ou leis governamentais.
2. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente regulamento serão resolvidos pela Câmara Municipal de Abrantes, com observância da legislação em vigor.



Artigo 25.º**Entrada em vigor**

O presente regulamento, depois de aprovado, entra em vigor após a sua publicação, nos termos legais.

ANEXO I

PREÇOS PARQUETEJO						
						
Acampado Maior de 12 anos	Tenda até 4 m²	Tenda com mais de 4 m² ou atrelado-tenda (a)	Caravana (b)	Autocaravana ou carro-cama (b)	* Viatura, mota 4 ou barco	Animais de companhia
Entre 1 de abril e 30 de setembro:						
1,75€	1,75€	2,75€	3,25€	3,75€	2,25€	1,25€
Entre 1 de outubro e 31 de março:						
1,50€	1,50€	2,50€	3,00€	3,50€	2,00€	1,00€
UTILIZAÇÃO MÁQUINA DE LAVAR ROUPA			ALUGUER DE BICICLETAS			
2,00€			0,50€ por cada 30 minutos			
* de acordo com o disposto no ponto 2 do artigo 12º do presente regulamento						

R. 14/14





Sessão ordinária – 26 de fevereiro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

5. - Regulamento do Orçamento Participativo de Abrantes – aprovação nos termos da alínea g) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro (253967)

Deliberação: **Aprovado**, sob proposta da Câmara Municipal e com a fundamentação enunciada, o **Regulamento do Orçamento Participativo de Abrantes**, conforme documento anexo, por

*Aprovado por maioria, com 6 abstencões:
5 do PSD e 1 BE.*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/8

PROJETO DE REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE ABRANTES

PREÂMBULO

Os Orçamentos Participativos contribuem para o aprofundamento da democracia participativa consagrada no artº 2º da Constituição da República Portuguesa.

Na senda de uma política de aproximação da administração às cidadãs e aos cidadãos, a Câmara Municipal de Abrantes reconhece o Orçamento Participativo (OP) como um importante contributo no processo de maturidade democrática das populações, pelo que procura com a sua implementação, incentivar a participação e o envolvimento das cidadãs e dos cidadãos na definição e implementação das políticas públicas, nomeadamente, a nível local.

Assim, pretende-se com este Regulamento definir as normas do processo de participação e discussão pública inerente à implementação do Orçamento Participativo no Município de Abrantes, assumindo o compromisso de, sucessivamente, as adequar às necessidades da governação do Município.

O presente projeto de regulamento foi elaborado ao abrigo do uso da competência regulamentar conferida pelo artigo 241º da Constituição da República e pela alínea k) do nº 1 do artigo 33º conjugado com a alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Para efeito do disposto no nº 3 do artº 101º do CPA, informa-se que o presente regulamento foi sujeito a consulta pública, ao abrigo do estipulado na al. c) do nº 3 do artº 100º do CPA.

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Princípios Orientadores

O Orçamento Participativo de Abrantes, adiante designado por OP, sustenta-se nos seguintes princípios:

1. Democracia participativa;
2. Partilha do poder de decisão;
3. Disponibilização de mecanismos de debate, concertação e participação diversificados;
4. Disponibilização de diversos meios de divulgação e acesso à informação;
5. Prestação de contas às cidadãs e aos cidadãos;
6. Avaliação e aperfeiçoamento.



Artigo 2º

Objetivos

1. O orçamento participativo visa estimular o envolvimento e a participação das cidadãs e dos cidadãos nos processos de governação local, de forma informada, ativa e responsável, com os seguintes objetivos:
 - a) Adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expetativas das populações, através da sua auscultação em face de situações concretas;
 - b) Contribuir para o reforço da qualidade da democracia, aumentando a transparência da atividade autárquica, quer ao nível das eleitas e dos eleitos, quer da estrutura orgânica do município;
 - c) Incentivar o diálogo entre eleitos e eleitas, técnicos e técnicas municipais, cidadãs e cidadãos e a sociedade civil organizada, com vista a que se encontrem as melhores soluções para resolução dos problemas, em função dos recursos disponíveis.

Artigo 3º

Âmbito

O OP abrange todo o território do concelho de Abrantes e envolve todas as áreas de competência da Câmara Municipal de Abrantes.

Artigo 4º

Verba a afetar ao OP

A verba do orçamento municipal a atribuir ao OP é definida, anualmente, pela Câmara Municipal e constará das normas de participação.

Capítulo II

Participação

Artigo 5º

Ciclo da Participação

1. O OP tem um ciclo anual composto pelas seguintes fases:
 - a) Divulgação do processo;
 - b) Apresentação de propostas;
 - c) Seleção e análise técnica das propostas;
 - d) Período de reclamações e decisão sobre as reclamações;
 - e) Divulgação da lista final de projetos;
 - f) Votação;



- g) Anúncio público dos projetos vencedores;
 - h) Implementação, acompanhamento e monitorização do processo.
2. O calendário do ciclo anual será definido e divulgado publicamente em cada nova edição do OP.

Artigo 6º

Assembleias Participativas

1. As Assembleias Participativas (AP) visam:
- a) acolher a participação de cidadãs e cidadãos com dificuldades de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
 - b) dinamizar o exercício da cidadania no que diz respeito ao debate público;
 - c) prestar, presencialmente, esclarecimentos sobre todo o processo do Orçamento Participativo;
 - d) acolher propostas, permitir a sua apresentação e discussão sobre as mesmas.
2. Os cidadãos e as cidadãs podem participar em qualquer sessão pública independentemente da sua localidade de residência.
3. O registo de participantes poderão ser feitos no local de realização da sessão ou para o endereço eletrónico orcamentoparticipativo@cm-abrantes.pt.
4. Cada proponente dispõe do tempo máximo de 15 minutos para apresentar a sua proposta.

Artigo 7º

Participantes

- 1. Podem participar no OP, apresentando proposta ou votando nas propostas, todos os cidadãos e cidadãs com idade igual ou superior a 18 anos, naturais ou residentes no concelho de Abrantes.
- 2. Os cidadãos e as cidadãs não naturais de Abrantes mas residentes em Abrantes, devem comprovar que vivem no concelho, anexando uma fatura dos SMA ou de uma empresa de eletricidade ou de telecomunicações.
- 3. Podem apresentar propostas, os cidadãos e as cidadãs, individualmente ou em representação de organizações da sociedade civil, grupos de moradores/vizinhos ou vizinhas e outros, de forma organizada e no quadro do interesse público e municipal.
- 4. Cada cidadão e cidadã, organização ou grupo de cidadãos e cidadãs só pode apresentar uma proposta.
- 5. Para votar presencialmente nas propostas, os cidadãos e as cidadãs terão de apresentar o Cartão do Cidadão ou Bilhete de Identidade e o número de identificação fiscal.
- 6. Na fase de votação, cada cidadão inscrito e cada cidadã inscrita terá direito a 2 votos, os quais devem ser usados em projetos diferentes.
- 7. No desenvolvimento do processo serão utilizados instrumentos diversificados de participação, quer suportados nas novas tecnologias da informação e comunicação, quer em mecanismos de



participação presenciais, nomeadamente, Assembleias Participativas (AP), promovidas pela Câmara Municipal, em articulação com as juntas de freguesia, procurando garantir que todos os que pretendam participar na vida do concelho disponham de meios adequados para tal.

Artigo 8º

Apresentação de Propostas

1. As propostas podem ser apresentadas por via eletrónica, mediante registo a efetuar no portal disponibilizado pelo Município para o efeito, via correio eletrónico ou em papel.
2. As propostas a apresentar em papel, nas Assembleias Participativas ou nos Serviços de Apoio do Município, devem ser feitas em formulário próprio a disponibilizar no portal do OP e nos serviços do município, sob pena de indeferimento liminar.
3. As propostas remetidas via email devem, igualmente, ser acompanhadas do formulário referido no ponto anterior.
4. Para melhor análise da proposta, os respetivos proponentes podem apresentar como anexos à proposta, fotografias, mapas/plantas e outros documentos que considerem importantes.
5. As propostas que sejam apresentadas em papel, no formulário disponibilizado para o efeito, e que sejam consideradas elegíveis, serão inseridas pelos serviços municipais no site do OP.
6. Depois de inserida no portal, a proposta não pode ser alterada.

Artigo 9º

Elegibilidade das Propostas

1. Só serão elegíveis propostas, que:
 - a) se refiram a investimentos, manutenções, eventos ou atividades, que se insiram nas áreas de competência da autarquia, nomeadamente:
 - i. Ação Social e Habitação;
 - ii. Cultura;
 - iii. Educação e Juventude;
 - iv. Desporto;
 - v. Espaço Público e Espaços Verde;
 - vi. Infra-estruturas Viárias;
 - vii. Modernização Administrativa
 - viii. Proteção Ambiental e Energia;
 - ix. Urbanismo, Reabilitação e Requalificação Urbana;
 - x. Higiene Urbana;
 - xi. Segurança e Proteção Civil;
 - xii. Turismo, Comércio e Desenvolvimento Económico.

ma

- b) sejam tecnicamente exequíveis, claras, objetivas, tenham definido prazo de execução e tenham orçamento. Caso tenham impacto físico no território, refiram o local de implementação;
 - c) respeitem o limite orçamental anualmente definido pelo órgão executivo do Município;
 - d) não configurem pedidos de apoio para entidades ou pessoas;
 - e) a implementação não beneficie, direta ou indiretamente, determinada entidade ou pessoa em particular;
 - f) não impliquem custos de manutenção e funcionamento acima do admissível para projetos semelhantes ;
 - g) sejam registadas no site ou deem entrada nos serviços do Município dentro do prazo estipulado, anualmente, para o efeito;
 - h) não ultrapassem o período de execução que vier a ser definido, anualmente, nas normas de participação;
 - i) não dependam de parcerias ou pareceres de entidades externas, cujo período dilatado de obtenção seja incompatível com os prazos estipulados no presente regulamento para a execução das respetivas propostas;
 - j) sejam compatíveis com os planos ou projetos municipais;
 - k) não estejam a ser executadas no âmbito do Plano Anual de Atividades Municipal ou do Plano Plurianual de Investimentos;
 - l) não contrariem regulamentos municipais, nem violem a legislação em vigor;
 - m) sejam relativas à cobrança de receita ou ao funcionamento interno do Município;
 - n) sejam adaptáveis a projeto, passando os mesmos a ser propriedade do Município.
2. O executivo poderá limitar, anualmente, as áreas de enquadramento das propostas a apresentar naquele ano, em função das prioridades de investimento.

Artigo 10º

Análise das Propostas

1. Todas as propostas apresentadas serão analisadas pelos serviços municipais para aferir da viabilidade e elegibilidade das mesmas.
2. Para o efeito serão constituídas equipas multidisciplinares de avaliação, constituídas por técnicos e/ou técnicas, de acordo com a área de intervenção do projeto.
3. A análise técnica dos serviços municipais pode levar à necessidade de ajustamentos de alguns aspetos das propostas apresentadas. As propostas manterão a intenção proposta, mas serão adaptadas pelos serviços municipais, que estimam com mais exatidão os custos envolvidos e o prazo de execução. Nestes casos, após consulta aos proponentes, poderão ser colocadas à votação, propostas que não correspondam na íntegra à proposta apresentada inicial.



4. Caso as equipas técnicas verifiquem semelhança no conteúdo de algumas propostas ou contiguidade geográfica entre propostas, pode verificar-se a sua fusão, após concordância dos e das proponentes.
5. Nesta fase, as equipas técnicas poderão solicitar aos proponentes informação complementar sobre a proposta apresentada.
6. O indeferimento de uma proposta será devidamente fundamentado e publicitado no site do OP e comunicado aos proponentes.
7. As propostas, após o trabalho de adaptação a projeto, assim como os documentos que lhes possam ter sido anexados, passam a ser propriedade do Município de Abrantes.

Artigo 11º

Período de reclamação

1. Da análise técnica efetuada às propostas, resultará uma listagem provisória dos projetos a submeter a votação.
2. Em caso de discordância com a não adaptação da sua proposta a projeto ou com forma de adaptação das propostas a projetos, os cidadãos e as cidadãs poderão apresentar reclamações no período definido para o efeito, através do endereço eletrónico orcamentoparticipativo@cm-abrantes.pt, mediante preenchimento de formulário para o efeito.
3. Após análise das reclamações apresentadas, será dada resposta às mesmas e publicada listagem final de projetos a submeter à votação.

Artigo 12º

Votação

1. A votação dos projetos decorre em período a definir anualmente pela Câmara Municipal, por via eletrónica, no portal do Município para o orçamento participativo (<http://op.cm-abrantes.pt>), ou presencialmente, mediante o preenchimento de formulário, em locais e períodos definidos pela Câmara Municipal.
2. Nos locais de voto estarão presentes colaboradores da autarquia devidamente credenciados para informar e ajudar na votação.
3. Poderá existir mais do que um projeto vencedor, sendo essa situação definida anualmente nas normas de participação, em função das prioridades de investimento e do orçamento que for afeto ao Orçamento Participativo.
4. Caso se verifique empate na votação, o critério de desempate será o da data/hora de entrada da proposta de origem do projeto.



Artigo 13º

Projetos Vencedores

1. Os projetos vencedores serão incorporados no Orçamento do Município.
2. A sua apresentação decorrerá em sessão pública, em data e local a designar.
3. Os projetos vencedores serão identificados com o logotipo do Orçamento Participativo.
4. Tratando-se da realização de obras/empreitadas, o local será identificado, durante a execução e depois de concluído, com sinalética que permita identificar que o projeto teve origem no orçamento participativo.

Artigo 14º

Acompanhamento e Avaliação

1. De acordo com o princípio da transparência, o Município de Abrantes, compromete-se a publicar no portal do Orçamento Participativo e noutros meios de comunicação do Município, informação sobre as diversas fases do processo, bem como, sobre a evolução dos projetos, na fase de execução.
2. Anualmente, será elaborado um relatório de avaliação global e disponibilizado para consulta dos cidadãos e das cidadãs.
3. O processo do Orçamento Participativo será avaliado e revisto anualmente, na senda de um contínuo aperfeiçoamento.

Artigo 15º

Casos Omissos

As omissões ou dúvidas surgidas na interpretação das presentes normas serão resolvidas no âmbito da equipa do orçamento participativo, dando conhecimento das mesmas à Câmara Municipal ou por decisão da Câmara Municipal quando for o caso.

Artigo 16º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República e no sítio institucional do Município na Internet.



Sessão ordinária – 26 de fevereiro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6. – Serviços Municipalizados de Abrantes - Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, para 2016 (PG – 261971)

Deliberação: *Autorizada*, nas condições da proposta da Câmara Municipal de Abrantes e Serviços Municipalizados de Abrantes, a **assunção de compromissos plurianuais pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, para 2016**, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, por

Aprovado por maioria, com uma abstenção do BE.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 26 de fevereiro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

7. – Nomeação do auditor externo, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, bem como, deliberar no sentido da realização autónoma da certificação legal das contas individuais do Município e dos Serviços Municipalizados, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (PG - 247580)


Deliberação: *Autorizada*, sob proposta da Câmara Municipal e com a fundamentação enunciada, *a nomeação do auditor externo, e a realização da certificação legal de contas em termos autónomos, quanto aos Serviços Municipalizados e Município* (em geral), por

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal


António Lucas Gomes Mor
1º Secretário


Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/2



Registo de Processo/Documento Nº PG15557/2015 :247580

Data de Criação: 2015-11-03

Processos associados:

Título: Contratação pública

Assunto: Aquisição de Serviços para Certificação Legal das Contas do Município - 2016-2018

Cliente Municipal: Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

Ação: Informado

Sra. Presidente, para efeito do disposto no artº 73º do CCP, informa-se que está em condições de adjudicação a "Aquisição de serviços de Revisão Legal das Contas do Município de Abrantes", de acordo com o estipulado artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, à firma "Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, S.R.O.C", pelo montante de 12.720,00€/ano, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que corresponde a um montante de 38.160,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para eventual vigência de contrato por 3 anos. Uma vez que, o contrato está sujeito a redução a escrito, nos termos do artº 94º e da al. a) do nº 1 do artº 95º ambos do CCP e que a decisão de adjudicação deve ser tomada em simultâneo com a aprovação da minuta de contrato, conforme estipulado no nº 2 do artº 98º do CCP, foi solicitado à Oficial Público que procedesse à respetiva elaboração, encontrando-se o mesmo em anexo para aprovação em simultâneo com a decisão de adjudicação. Para maior celeridade do processo, sugere-se que a Sra. Presidente tome a decisão, a qual ficará sem efeito caso AM não venha a aceitar a proposta que se segue. Tendo em conta, que nos termos do nº 1 do artº 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, compete à Assembleia Municipal a nomeação do auditor externo, sob proposta da CM, sugere-se que o processo seja remetido ao órgão deliberativo para o efeito já nesta fase, salvaguardando-se desde já eventual necessidade de revogação da adjudicação caso a AM delibere não aceitar a proposta da CM. Mais se sugere que, ao abrigo do disposto no nº 3 do artº 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a CM proponha à AM, que esta delibere no sentido da realização autónoma da certificação legal das contas individuais do Município e dos Serviços Municipalizados. Submete-se a despacho e posterior apreciação dos órgãos executivo e deliberativo.

Nome: Ana Cristina Santos Marques Silva Neves

Cargo: Chefe Divisão Gestão Financeira e Administrativa

O presente documento representa a autenticidade de uma informação no processo digital. Não dispensa a consulta de todo o processo. Documento assinado digitalmente, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99, de 2 de Agosto, na atual redação, de igual valor probatório dos congêneres em papel com assinatura manuscrita.

fl. 2/2



Chor

Sessão ordinária – 26 de fevereiro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

8. – Autorização para delegação de competências na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para a concessão de utilização privativa do “Cable Park” do Município de Abrantes em Castelo do Bode (S/PG)

Deliberação: *Autorizada*, sob proposta da Câmara Municipal e com a fundamentação enunciada, a *delegação de competências da Câmara Municipal na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo*, ao abrigo do artigo 25º nº 1 alínea k), da Lei 75/2013 de 12/9, *incidente sobre gestão da utilização privativa do “Cable Park” do Município de Abrantes em Castelo do Bode, inserida na concessão global da utilização privativa dos cinco “Cable Park” dos municípios de Abrantes, Ferreira do Zêzere, Sertão, Tomar e Vila de Rei*, por ,

Aprovado por maioria com 4 votos contra da CSV e 1 abstenção do BE.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 26 de fevereiro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

9 – Autorização para aquisição de 106 Unidades de Participação da TagusValley, no valor de 530.000€ (quinhentos e trinta mil euros), nos termos do disposto na alínea n) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e nº 1 do artigo 53º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto (PG – 262316)

Deliberação: *Autorizada*, sob proposta da Câmara Municipal e com a fundamentação enunciada, a *aquisição de 106 Unidades de Participação da TagusValley, no valor de 530.000€ (quinhentos e trinta mil euros)*.
Mais delibera *autorizar a assunção do compromisso plurianual ao abrigo da alínea c) do nº1 do artigo 6º da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso)*, por

Aprovado por maioria com 10 votos contra (5 do PSD, 4 da CDU e 1 BE) e 2 abstenções do PSD.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos